

MARIA CLARA FERRERI PAULA SILVA

MOVIMENTO DE MULHERES EM FAVELAS:

Reflexões a partir do coletivo Mulheres em ação no Alemão, Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2021

MARIA CLARA FERRERI PAULA SILVA

**MOVIMENTO DE MULHERES EM FAVELAS:
Reflexões a partir do coletivo Mulheres em ação no Alemão, Rio de Janeiro**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado do curso de Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

Orientador: Orlando Alves dos Santos Júnior

Rio de Janeiro

2021

CIP - Catalogação na Publicação

S586m Silva, Maria Clara Ferreri Paula
Movimento de mulheres em favelas : Reflexões a partir do coletivo Mulheres em ação no Alemão, Rio de Janeiro / Maria Clara Ferreri Paula Silva. -- Rio de Janeiro, 2021.
32 f.

Orientador: Orlando Alves dos Santos Júnior.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Faculdade Nacional de Direito, Instituto de Economia, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Bacharel em Gestão Pública Desenvolvimento Econômico e Social, 2021.

1. Favelas - Aspectos sociais - Rio de Janeiro (RJ). 2. Mulheres - Aspectos sociais. 3. Mulheres - Favela do Alemão (Rio de Janeiro, RJ). 4. Feminismo. I. Santos Júnior, Orlando Alves dos , orient. II. Título.

MARIA CLARA FERRERI PAULA SILVA

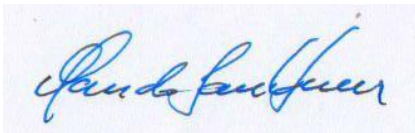
MOVIMENTO DE MULHERES EM FAVELAS:

Reflexões a Partir do Coletivo 'Mulheres do Alemão' – Rio de Janeiro

Trabalho de Conclusão de Curso entregue ao Curso de Bacharelado em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel.


Apresentado em: 18/06/2021

BANCA EXAMINADORA



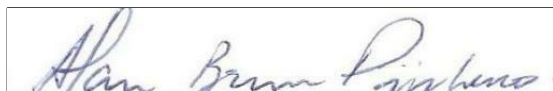
Prof. Dr. Orlando Santos Junior

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ



Profa. Dra. Nilza Rogéria de Andrade Nunes

Departamento de Serviço Social – PUC/RIO



Prof. Ms. Alan Brum Pinheiro

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Rio de Janeiro

2021

RESUMO

O presente artigo busca refletir sobre a formação dos movimentos de mulheres em favelas, tendo em vista sua exclusão dos acessos aos principais direitos básicos e a deficitária incorporação dessas realidades em políticas públicas destinadas às mulheres. Para isso, utiliza-se como objeto de análise o coletivo Mulheres em Ação no Alemão, indagando o motivo para sua organização enquanto movimento de mulheres. A pesquisa se inicia a partir de uma revisão de literatura, a fim de discutir os conflitos e as aproximações entre os diversos feminismos e essas mulheres marginalizadas. Como também, buscando não hierarquizar o saber e ressaltar vozes asfixiadas em diversos contextos da sociedade, foram incorporadas à reflexão oito entrevistas semiestruturadas realizadas com as integrantes do coletivo. Assim, foi possível esquematizar razões práticas para a atuação política do MEAA e constatar o papel central da mulher na favela, que opera como mãe, cuidadora, mediadora de conflitos e gestora.

Palavras-chave: Mulheres. Favela. Movimentos sociais. Feminismo. Complexo do Alemão.

ABSTRACT

This article aims to think about the constitution of women movements in slums, in view of the exclusion of basic human rights they face and the defective incorporation of their needs in women's intended public policy. To achieve that, the object of analysis chosen was the collective *Mulheres em ação no Alemão*, questioning the reason that led into the creations of this women's movement. The research starts with a literature review in order to discuss the conflicts and meeting points between the feminism and those women. Also, trying not to rank the knowledge and to elevate these women's suffocating voices, eight semi-structured interviews were taken. Thus, laying out the practical reasons of their political activity was possible, such as pointing out the centric role of women in slums, that function as mothers, caregiver, conflict mediator and manager.

Keywords: Women. Slum. Social movements. Feminism. Complexo do Alemão.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 OS MOVIMENTOS DE MULHERES: QUAIS MULHERES?	10
3 MOVIMENTOS DE MULHERES EM PERIFERIAS: GÊNERO E ESPAÇO URBANO.....	16
4 MOVIMENTOS DE MULHERES EM FAVELAS: O COLETIVO MULHERES EM AÇÃO NO ALEMÃO (MEAA)	21
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

Se propor a falar de mulheres é uma tarefa extremamente complexa, uma vez que dentro dessa palavra existem infinidades de recortes e (des)construções. O feminismo é a expressão dos movimentos sociais de mulheres que mais se popularizou até o presente momento. Mas, sendo as mulheres tão complexas e diversas, muitas perspectivas não foram incorporadas em suas mobilizações. As mesmas estruturas que teóricas feministas de grande destaque criticaram, denominando de patriarcado, operam na dominação social através de outras lentes de segregação, que não estão isentas de se impactarem dentro da luta emancipatória de mulheres. Dessa forma, se não houver uma construção integralizada dos movimentos por justiça social, a tendência é que mulheres pertencentes a outros grupos marginalizados se tornem cada vez mais segregadas de suas expressões tradicionais.

Posto isso, a mulher moradora de favela é uma grande representante da integração das dominações estruturais. Nesse caso, a desigualdade de gênero é somada à questão de classe, à discriminação racial e segregação socioespacial. Desse modo, para analisar as organizações de mulheres em favelas é preciso reconhecer todas as facetas da desigualdade que elas enfrentam no seu cotidiano. Para isso, o objeto central adotado nesta pesquisa é o Mulheres em Ação no Alemão (MEAA), movimento das mulheres do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro.

A fim de compreender a perspectiva dessas mulheres e as construções comunitárias comandadas por elas, o presente artigo se propõe a refletir sobre as organizações de mulheres em favelas a partir da experiência do coletivo Mulheres em Ação no Alemão. A reflexão está norteadas centralmente pela pergunta: Por que as integrantes do MEAA se organizam enquanto coletivo de mulheres? A metodologia adotada para atingir o objetivo central da pesquisa se baseia na construção de uma revisão de literaturas que contribua para a análise dos movimentos de mulheres nas periferias brasileiras, já que o tema especificado encontra uma produção acadêmica ainda relativamente escassa. Além disso, foi organizada uma coleta de dados através de entrevistas semiestruturadas com oito mulheres que atualmente compõe o MEAA.

A ação social fomentada por essas mulheres surge a partir da necessidade de direitos básicos e se mantém pela possibilidade de transformação social que se sentem capazes de promover em seu território. Logo, a organização do MEAA é fundada na combinação da manifestação da construção social de gênero com relação ao cuidado (que, nesse ambiente, transcende a esfera familiar e se expande para a comunidade), com a inquietação insurgente a partir da condição de restrição de direitos em que se encontram.

Assim, parto do desenganche epistemológico e político proposto pela produção de conhecimento de feministas decoloniais (CURIEL, 2013 *apud* CURIEL, 2019), ou seja, um desmonte dos discursos e produções que adotam a perspectiva de grupos sociais minoritários como o “outro”, baseados no pressuposto colonizado da visão ocidental eurocêntrica como neutra, que consagra somente uma forma de produção de conhecimento. (CASTRO-GÓMEZ, 2007 *apud* CURIEL, 2019). Desta forma, busca-se descolonizar a episteme na pesquisa sobre movimento de mulheres e respaldá-la na ação social de agentes locais, balizando a análise na *práxis* política de mulheres sucessivamente marginalizadas (CURIEL, 2019).

Há tempos que agentes externos tentam compreender ou até ensinar o que é necessário para as populações de favela, não levando em consideração a maior produção de conhecimento sobre esses territórios: o saber local. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi um dos exemplos de intervenção institucional no complexo, prometendo promover a participação dos moradores. Entretanto, na produção dessa pesquisa, foi perceptível a recorrência de mulheres sem residência após remoções forçadas pelo programa. Sendo a reivindicação por moradia, inclusive, um dos incentivos à participação política de diversas mulheres da localidade.

Destarte, as seções do artigo se dividem em três principais desenvolvimentos. Primeiramente, abordando os movimentos de mulheres e suas atuações categorizadas dentro e fora dos movimentos feministas, assim como a incorporação de pautas relativas a outras dominações estruturais para além da desigualdade de gênero. Em segundo ponto, levanta-se a discussão existente entre espaço urbano e desigualdade de gênero, além de registros teóricos sobre movimentos de mulheres em periferias como um todo e, especificamente, em favelas. Na terceira seção, incorpora-se a discussão teórica à perspectiva das mulheres do MEAA, a partir das entrevistas realizadas.

O reconhecimento das pautas das mulheres de favela e a incorporação da atuação política ecoada em suas vozes são urgentes para incitar diminuição de desigualdades sociais, tanto na perspectiva dos movimentos sociais como um todo, como para o terceiro setor e para o Estado. Para o campo da Gestão Pública, a reflexão sobre a dinâmica de organização e atuação do MEAA pode ser vista como uma oportunidade para perceber os limites atuais do Estado em garantir direitos básicos nos territórios de favela, e, para além disso, a demonstração do tipo de assistência e cuidado integralizado que as mulheres periféricas demonstram necessitar. Dessa forma, este debate realça a crucialidade da participação social dos agentes políticos das favelas em políticas públicas destinadas a essas áreas, e, inclusive, quando se pensa em políticas públicas para mulheres em geral.

2 OS MOVIMENTOS DE MULHERES: QUAIS MULHERES?

Ao se propor a abordar o movimento de mulheres, é necessário ter uma visão crítica sobre quais grupos sociais têm sido incorporados nas bibliografias tradicionais, para não incorrer no erro de universalizar as experiências distintas de mulheres de diversas localidades e com diferentes características. Assim como não existe apenas um ser mulher, não existe somente uma forma de organização política feminina e reduzir todas essas vivências a uma única perspectiva se torna limitante, principalmente para as narrativas marginalizadas. Sendo assim, nesta seção, me proponho a discutir a heterogeneidade existente entre as mulheres e a forma como esse assunto tem sido abordado dentro dos movimentos de mulheres no Brasil e no mundo.

As feministas “de segunda onda”¹ contribuíram para a ampliação do conceito de injustiça, incorporando às questões de gênero outras desigualdades sociais negligenciadas. Isso permitiu a inclusão das variantes de classe, raça, sexualidade e nacionalidade na discussão do movimento. (FRASER, 2009). Para isso, feministas negras demonstravam há tempos sua insatisfação com a visão universalizante do ser

1 A divisão do feminismo em ondas fomenta diversas críticas no debate da epistemologia feminista. O termo é utilizado aqui para seguir fielmente a constatação de Fraser em sua obra. Discutir essa categorização não está no escopo deste trabalho.

mulher adotada em massa pelos movimentos liberais (HOOKS, 2019; DAVIS, 2016; COLLINS, 2002; CRENSHAW, 2004) e reivindicavam a necessidade de se considerar outros aspectos à luta, através da intersecção entre os sistemas opressores estruturais (CRENSHAW, 2002). Contudo, Kergoat (2010) defende que as relações sociais são mutáveis, coextensivas e diretamente correlacionadas ao período histórico em que se inserem. Portanto, a autora se ampara na consubstancialidade como uma forma de análise da realidade social concreta, que coloca o sujeito político como centro e considera as complexas relações existentes.

As feministas decoloniais vão ao encontro dessa perspectiva quando reforçam a necessidade de se compreender as dimensões de raça, classe e geopolítica no movimento, como também afirmam que essas categorias de opressão se reproduzem numa rede de causa e efeito recíproca. Nessa perspectiva, as estruturas não agem como opressões distintas que se entrecruzam em seus caminhos, mas como artifícios da modernidade binária colonizada, assentada na dicotomia entre o humano e o não-humano (GOMES, 2018). Para Curiel (2009) se entendermos como feminismo toda mobilização social de mulheres, teremos que abarcar diversas outras organizações ao longo do tempo na história feminista e resgatar a crônica de vozes que, frequentemente, são asfixiadas pelas dinâmicas hegemônicas e abafadas nos registros históricos, este seria um dos atos mais éticos e políticos de descolonização. Essa necessidade se fundamenta na ausência de repercussão das diversas narrativas de movimentos de mulheres, por mais que elas tenham, desde os primórdios da sociedade, participado de alguma forma nas lutas e movimentos políticos. (SILVA et al., 2017)

Atualmente, no *mainstream* social, falar sobre movimento de mulheres tem sido interpretado como sinônimo de feminismo, o que pode ser observado tanto no campo da discussão teórica quanto em forma de movimentos sociais². No entanto, o termo, muitas vezes, carrega a percepção hegemônica e se restringe ao movimento politizado, que assume seu engendramento na organização entre mulheres na Europa e nos Estados Unidos, reverberando a influência do iluminismo e das revoluções burguesas (SILVA et al., 2017). “Na maior parte das vezes, entende-se como feminismo apenas o movimento articulado de mulheres em torno de determinadas

² Coloco o termo no plural para reforçar que não existe apenas uma atuação ou forma de movimento dentro do feminismo.

bandeiras; e tudo o mais fica relegado a notas de rodapé” (DUARTE, 2003, p. 152). Essas percepções se fortalecem e são fortalecidas pelo processo de cooptação da narrativa feminista pelo neoliberalismo pós-fordista e transnacional, que favoreceu a popularização das reivindicações culturais feministas em detrimento da teoria social dos movimentos e de sua essência crítica ao androcentrismo (FRASER, 2009) e da incorporação de outros grupos sociais minoritários.

Assim como as “primeiras” feministas denunciaram que as condições política e científica publicizadas partiam da perspectiva masculina (HIRATA, 2014), outras estruturas de poder também influenciaram nas narrativas difundidas, como o imperialismo e o racismo. Então, até mesmo dentro do contexto progressista do feminismo, as mulheres com mais privilégios conseguiram destaque e foram beneficiadas com acesso a uma parcela do poder econômico dentro das estruturas existentes, abandonando perspectivas mais revolucionárias (HOOKS, 2019). Por mais que não houvesse conquista real, pois a estrutura social dominante se manteve, esse destaque foi necessário para o reajuste e manutenção do androcentrismo em face às mudanças históricas.

A relação com as estruturas de raça, sempre foi um exemplo de desconexão dentro do feminismo, pois, por mais que muitas mulheres negras participassem das reivindicações convencionais feministas, muitas delas estavam com sua atenção direcionada a outras formas de participação social em prol da igualdade. Ou seja, muitas vezes, essas mulheres não conseguiam sequer ter acesso às pautas da luta relativa à dimensão isolada de gênero, uma vez que estariam muito ocupadas com a sobrevivência e com o acesso básico a bens e direitos enquanto trabalhadoras negras (DAVIS, 2016). Desta forma, conforme explicita bell hooks (2019), o feminismo liberal reformista propiciou a mobilidade de classe para mulheres privilegiadas que conseguiriam melhorar suas condições na estrutura social existente, mesmo que ainda impactadas pelo sexismo, restando às mulheres mais exploradas o trabalho que elas não queriam mais realizar (dentro e fora de casa).

Logo, para dar voz às perspectivas de mulheres marginalizadas nos movimentos de mulheres como um todo, é necessário reconhecer outras formas de conhecimento e organização como tal, rompendo com a hierarquização do saber. Para Curiel (2019), a conscientização dessa experiência seria essencial para questionar a *matriz de dominação*, sendo que, seguindo uma posição decolonial, as

categorias de diferenciação do ser (gênero, raça, classe etc.) são tomadas como características da episteme moderna colonial, compreendendo-as como produções das opressões justapostas desenvolvidas por esse sistema. A partir disso, diversas autoras defendem uma abordagem teórica e metodológica de investigação a partir dos processos comunitários, fortalecendo “marcos analíticos próprios” e a reconhecimento da experiência de vida como uma fonte de conhecimento (CURIEL, 2019. p. 48).

No caso do Brasil, os movimentos de mulheres surgem comprometidos com as lutas populares e as pautas de democratização, tendo uma ação extremamente relevante em comparação com outros movimentos sociais do país (CARNEIRO, 2003). Entretanto, mesmo conseguindo aprimorar o status jurídico das mulheres e atuando diretamente em momentos cruciais na história da democracia brasileira, o feminismo hegemônico no país, assim como outros movimentos progressistas, acabou atado à visão eurocêntrica e universalizante das mulheres (CARNEIRO, 2003).

A população do país é composta majoritariamente (51,8%) por mulheres, sendo que, dessas mulheres, 55,4% se autodeclaram como negras (IBGE, 2019). Esses dados refletem a heterogeneidade da distribuição racial da população, e, portanto, do perfil da mulher brasileira. Desse modo, a simples importação de teorias e conceitos europeus e norte-americanos, sem análise da conjuntura social, política e cultural do país e, muitas vezes, a partir de uma posição de privilégios de classe, raça e sexualidade (CURIEL, 2019), não é suficiente para a análise das estruturas de poder que inferem sobre as mulheres brasileiras como um todo. Afinal, a análise sobre as estruturas sociais de raça e gênero dependerá do contexto analisado e da perspectiva utilizada (GONZALES, 1984).

Nas primeiras décadas do século XX, o feminismo se manifesta concretamente pela primeira vez na América Latina, comandado por mulheres de classes altas e médias, enquanto movimento organizado em prol do sufrágio (COSTA, 2005). Entretanto, após essa conquista, seguindo os acontecimentos globais, ocorre dispersão e atenuação do movimento no Brasil. Somente nos anos da década de 1970 que ressurgiu uma organização semelhante, trazendo uma nova versão da mulher brasileira, mais heterogênea. Tal fato se dá em decorrência da incorporação de mulheres marginalizadas, antagonicamente causada pelas normas autoritárias do regime militar (SOARES, 1994). Para Melucci (1980 *apud* SOUZA-LOBO, 1991), não

só essa situação engendrou a diversificação das reivindicações da época, mas também a união entre os diversos movimentos em prol de objetivos democráticos, formando um sujeito coletivo: as mulheres em movimento.

Muitas mulheres já atuavam na vida pública, mesmo que permanecendo invisíveis, pois ainda lhe era negada a cidadania plena. No entanto, foi só na repressão da ditadura, quando a luta pela democratização se uniu ao movimento operário e surgiu o movimento de mulheres, que a participação de grupos marginalizados na discussão de direitos e igualdade se concretizou (SOUZA-LOBO, 1991, s/p). Nos anos 90, nesses movimentos de mulheres, identificando-se como feminista, se agrupavam as feministas politizadas, mulheres acadêmicas, mulheres periféricas, sindicalistas, trabalhadoras rurais e urbanas, iniciando um *feminismo popular* (COSTA, 2005).

A organização popular de mulheres se originou nas identidades tradicionais do gênero, isto é, o papel de cuidadora, levando mulheres pobres e periféricas a criarem organizações políticas autônomas em bairros populares. Não só utilizando seu papel de mães e de esposas como meio em comum para articulação social na vizinhança, mas também para reivindicar acesso a direitos e serviços básicos para sua família e se opor à ditadura em conjunto com outros movimentos de mulheres (SOARES, 1994). Sendo assim, fica evidente que mulheres são agentes sociais ativos não só nas pautas de gênero, mas representam também uma parte significativa dos movimentos de saúde, transporte, na ocupação de terrenos urbanos e na atuação pela comunidade desde sempre (SOUZA-LOBO, 1991). As mulheres pobres se colocavam como agentes políticos, transgredindo a vida privada que lhes era designada socialmente. No entanto, as mudanças nas estruturas da desigualdade de gênero na sociedade e no direcionamento de pautas públicas eram resguardadas às "interlocutoras privilegiadas das feministas" (SOARES, 1994, p. 17).

Mesmo assim, é preciso reconhecer os avanços notáveis conquistados pelas feministas ao longo do tempo. No processo constituinte em 1988, tiveram 80% de suas reivindicações acatadas, mais do que qualquer outro movimento social. Para além disso, nesse momento a reivindicação partiu não só das mulheres politizadas, mas de mulheres de todas as diversidades em prol da inclusão de pautas igualitárias na legislação (COSTA, 2005). Outro marco para a organização política de mulheres no Brasil foi a conferência de Beijing, em 1995, que marcou o feminismo brasileiro em dois pontos: a expansão da visibilidade de diferentes feminismos, cada vez mais

diversos, e a aproximação comunicativa com o campo internacional, principalmente entre os feminismos latino-americanos (ALVAREZ, 2014; COSTA, 2005).

A partir de então, esses movimentos passam a ter maior participação na estruturação política do país e começam a se articular com o Estado diretamente, reivindicando o posicionamento e as mudanças essenciais de gênero em âmbito nacional. Assim, se intensificam as tensões existentes dentro das mobilizações feministas, que se situavam cada vez mais plurais. Como afirmou Costa:

O movimento feminista brasileiro, enquanto “novo” movimento social, extrapolou os limites do seu status e do próprio conceito. Foi mais além da demanda e da pressão política na defesa de seus interesses específicos. Entrou no Estado, interagiu com ele e ao mesmo tempo conseguiu permanecer como movimento autônomo. Através dos espaços aí conquistados (conselhos, secretarias, coordenadorias, ministérios etc.) elaborou e executou políticas. No espaço do movimento, reivindica, propõe, pressiona, monitora a atuação do Estado, não só com vistas a garantir o atendimento de suas demandas, mas acompanhar a forma como estão sendo atendidas (COSTA, 2005. p. 26).

No momento atual, o cenário político de *backlash* dos direitos conquistados pelos movimentos de mulheres, com o fortalecimento da nova direita brasileira (AGUIAR; PEREIRA, 2019), representa também o retrocesso existente no senso comum, quando uma parcela relevante da população expressa apoio à essa política nas urnas. Assim sendo, hoje se torna imprescindível o fortalecimento e a unidade das diversas formas de expressão política e civil do movimento de mulheres, visando a manutenção dos direitos conquistados e o avanço do campo nas políticas institucionais. Para isso, é necessário incorporar as narrativas das parcelas da população que há tempos vêm clamando seu espaço e denunciando sua marginalização nos movimentos. Para o feminismo, isso significa repensar sua epistemologia a partir do papel de resistência e construção de mulheres periféricas em suas comunidades, majoritariamente negras e indígenas, recuperando o legado crítico de suas mobilizações (FUNCK, 2014).

Posto isso, busca-se refletir a partir de um discurso menos pautado na manifestação liberal e eurocentrada do feminismo, logrando a libertação da dependência ideológica desenvolvimentista, importada do discurso de países imperialistas, e de seus impactos nos movimentos sociais como um todo, com propósito de instaurar uma agenda neocolonial global dentro dos mesmos (ESPINOSA, apud FUNCK, 2014). Esse processo fortalece a construção de uma

“nova epistemologia que legitime um saber situado que parta da experiência concreta de grupos específicos” (FUNCK, 2014, p. 24) em contraponto às estruturas neoliberais globalizadas que operam no nosso território.

3 MOVIMENTOS DE MULHERES EM PERIFERIAS: GÊNERO E ESPAÇO URBANO

Conforme foi explicitado anteriormente, a participação de mulheres periféricas no que é tradicionalmente conhecido como movimento feminista teve seu pico entre os anos 70-90, mas, atualmente, a representação que o mesmo teria com relação à essas mulheres é discutível. Desde então, a discussão sobre a relação hierárquica dos conhecimentos tem se acentuado, trazendo consigo uma perspectiva de dominação espacial - relação entre países do norte (colonizadores) e do sul global (colonizados). Para além desse debate, quando tratamos de mulheres em periferias de metrópoles sul-americanas, a periferia da periferia, as expressões da dominação social se articulam diretamente com a dominação espacial. Portanto, nessa seção irei discorrer sobre as relações entre gênero e território, como também sobre o caráter histórico da mobilização de mulheres em espaços marginalizados.

O debate urbanista abarca duas principais concepções teóricas sobre o território: i) a perspectiva que presume o espaço como algo estático e neutro e ii) a noção crítica deste como uma construção mutável, produzida e produtora das relações sociais (BRANDÃO. 2004). Lobato Correa (1989) define que o espaço urbano, fragmentado e articulado, é tanto produto do acúmulo das intervenções dos agentes, quanto condicionante social. Sendo que a ação desses agentes segue a lógica de acumulação capitalista e os conflitos provenientes de suas contradições de classes. Para além disso, Milton Santos tipifica o espaço urbano:

(...) O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 1978, p. 171).

Desta forma, os agentes sociais estariam produzindo o espaço urbano, bem como sendo influenciados por ele, de maneira desigual. Esses autores deram conta

de denunciar a apropriação da cidade e do espaço urbano pelos interesses econômicos capitalistas, mas essa relação também se desmembra em outras escalas de dominações sociais. Sendo assim, se a divisão social do trabalho é um dos componentes que infligem diretamente na produção do espaço (BRANDÃO, 2004), o gênero também seria uma condicionante a ser considerada na análise do território, uma vez que a divisão sexual do trabalho produz papéis de gênero diferentes na vida pública. Isso, conseqüentemente, infere na construção da cidade, criando um *espaço urbano sexuado* (PÉREZ SANZ, 2013).

Ainda que a produção acadêmica da área de urbanismo e gênero no Brasil não seja muito desenvolvida até então, algumas autoras constataram a importante relação entre o espaço urbano e o sistema capitalista-patriarcal. Silva *et al.* (2017) discorre sobre como os moldes funcionalistas da produção espacial, operada majoritariamente pela ótica masculina, fabricou não somente instrumentos urbanos de favorecimento ao capital, como também ao androcentrismo. Logo, a segregação espacial urbana reflete e reverbera os moldes dos estereótipos de gênero, principalmente para mulheres trabalhadoras, culminando em um contexto adverso para mulheres conquistarem acessos a bens e direitos na cidade e, portanto, na *feminilização da pobreza urbana*.

Assim, como afirma Macedo (2002, p. 57):

(...) a cidade como espaço de contrastes articula uma pluralidade de lógicas que atinge de forma diferenciada seus diversos grupos sociais, variando segundo o recorte de classe, étnico/racial, idade/geração, gênero, origem urbano/rural, orientação sexual, religião, entre outros fatores. Essa diversidade também favorece a articulação de diferentes formas de luta por direitos, fazendo da cidade também um espaço social de construção de cidadania.

Para as mulheres periféricas, essas implicações estariam na intersecção entre a falta de estrutura urbana e os papéis tradicionais de gênero, imputando à mulher os principais cuidados do âmbito familiar, escoado também para a comunidade. Para Itikawa (2016, p. 61):

Estar na periferia, por sua vez, não significa apenas estar espacialmente distante da concentração das infraestruturas urbanas e do direito à cidade. As várias periferias tratadas aqui estão relacionadas à localização ambivalente entre a conquista textual de direitos e a manutenção da prática da exclusão, da precariedade e da dependência do acesso a esses mesmos direitos.

Ao se tratar de mulheres periféricas, o papel do cuidado delegado às mulheres se acentua com a ausência de aparatos públicos que auxiliem a conciliação de atividades domésticas com a busca por sobrevivência. Por mais que mulheres de outras camadas da população enfrentem a ausência masculina nos cuidados familiares, essa ausência se intensifica quando é feito um recorte de classe, tanto pelo abandono masculino quanto pelas altas taxas de mortalidade e encarceramento dos homens periféricos (e negros) – o que favorece a conjuntura atual de aumento no número de mulheres chefes de família, que compõem a parcela mais pobre da população (IBGE, 2019). Isto é, no caso dessas mulheres, a ausência masculina é somada à ausência estatal, estando em territórios onde os serviços básicos não são acessados facilmente (FERNANDES, 2020).³

Tendo em vista o impacto do cuidado nas organizações cotidianas dessas mulheres e as ausências que operam na localidade, é compreensível sua participação expressiva em movimentos reivindicativos de periferias. Afinal, não podemos incorrer no erro de reduzir o papel das mulheres na cidade apenas ao estereótipo de vítima das condições existentes. Nesses contextos, também há espaço para a contestação do “outro” e é isso que tem sido construído ao longo da história como uma forma de resistência. Ou seja, as mulheres têm construído suas próprias formas de resistir à exclusão patriarcal e capitalista-urbanista e, muitas vezes, enquanto também encabeçam reivindicações básicas em suas comunidades, não necessariamente resultado da mesma iniciativa contra-hegemônica (ITIKAWA, 2016).

Existia, na América Latina, a tendência de organização social de mulheres em espaços comuns de suas comunidades (COSTA, 2005). Além disso, historicamente, no Brasil, mulheres de periferias construíram uma rede de articulação antagônica à ditadura militar que protagonizou movimentos sociais locais importantes, em clubes de mães, igrejas e associações de moradores. Assim, ocorreu a formação de um sujeito coletivo a partir da transformação do bairro em um *espaço de sociabilidade*, que propiciou a interação entre mulheres periféricas, principalmente em encontros organizados pela Igreja católica (CORREIA, 2017).

³ Aqui, a ausência é tratada como um conjunto de ações sistemáticas cotidianas, operando não somente na inexistência, como na atuação deficitária e na ação nociva.

A partir dessas organizações, as mulheres de determinadas localidades passaram a reconhecer experiências comuns entre si, que, unificadas ao reconhecimento próprio enquanto sujeitos de direitos, se transformariam em reivindicações coletivas (SOUZA-LOBO, 1991). Como afirma Telles (1990, apud SOUZA-LOBO, 1991, p. 2), “as reivindicações de creches, habitação e transporte não expressam apenas necessidades, mas constituem um discurso coletivo de sujeitos que definem seus direitos”, transformando-as em sujeitos políticos presentes em discussões envolvendo a vida pública.

A discussão sobre o que seria a favela gera diversos debates, dentro e fora da academia. Por mais que seja importante descrever a falta de direitos e da presença institucional positiva do Estado no território, também é imprescindível romper com o estereótipo pejorativo construído no imaginário social sobre a favela, reafirmando as construções culturais, sociais e políticas construídas em forma de resistência à exclusão. Ao problematizar o território das favelas, é interessante considerar a discussão do Observatório das favelas (SILVA *et al*, 2009, p. 97):

Considerando o perfil sociopolítico, a favela é um território onde a incompletude de políticas e de ações do Estado se fazem historicamente recorrentes, em termos da dotação de serviços de infra-estrutura urbana (...) e de equipamentos coletivos (...) em quantidade e qualidade para as famílias ali residentes, na promoção da moradia digna para seus habitantes, na regularização fundiária e urbanística adequada às formas de ocupação do solo, na criação de legalidades afeiçãoadas às práticas sociais e, em especial, na garantia da segurança cidadã, devido ao seu baixo grau da soberania quando comparado ao conjunto da cidade. Portanto, as favelas são, de modo geral, territórios *sem garantias de efetivação de direitos sociais, fato que vem implicando a baixa expectativa desses mesmos direitos por parte de seus moradores.*

E por outro, agrega:

Considerando o perfil sociocultural (...) as diferentes manifestações culturais, artísticas e de lazer na favela possuem um forte caráter de convivência social, com acentuado uso de espaços comuns, definindo uma experiência de sociabilidade diversa do conjunto da cidade. *Superando os estigmas de territórios violentos e miseráveis, a favela se apresenta com a riqueza da sua pluralidade de convivências de sujeitos sociais em suas diferenças culturais, simbólicas e humanas.* (SILVA *et al*, 2009, p. 97)

Desse modo, a favela é um território que, desde sua constituição, está interligado às questões de produção do espaço urbano e direito à cidade, ao trazer reivindicações locais para o acesso à cidade e à infraestrutura básica por parte daqueles que não obtiveram, mesmo que não fosse através de uma luta política consciente. É importante superar o estigma existente sobre o morador da favela, assimilando sua participação como agente atuante na cidade e cidadão. Foi nessa

conjuntura de mobilizações do direito à cidade que se expressou de maneira espontânea o protagonismo feminino em lideranças comunitárias, o que Nunes (2018a, 2021) caracteriza como *mulher de favela*.

As mulheres que vivem em favelas representam, atualmente, a ruptura da visão tradicional do papel feminino na família. Primeiro, pela crescente estatística de mulheres como provedoras principais de suas famílias e, segundo, pois, há tempos, grande parte dessas mulheres foram absorvidas pela base da pirâmide do mercado de trabalho, muitas vezes em trabalhos domésticos e de cuidado remunerados. Dessa maneira, sua relação com a vida pública se diferencia das mulheres da elite, que estiveram por muito tempo reivindicando o direito ao trabalho. Para Nunes (2018b, p. 142), a mulher de favela “é um sujeito político porque, sendo coletivo, sai da esfera privada, da família, da casa para uma atuação ampliada no conjunto das demandas sociais expressas no cotidiano da favela.”

Foi, então, no contexto social mais excluído da cidade, que se constituíram as relações comunitárias urbanas que regem a favela, muitas vezes designada como comunidade⁴. Dessa maneira, não há como abordar as organizações de mulheres em favelas sem considerar o coletivo, extrapolando as relações privadas individuais, pois elas representam a produção cotidiana do saber a partir da *práxis* comunitária. O seu trabalho político se constitui a partir da gestão de territorialidades que se constroem através de diversas redes entrelaçadas na comunidade e no território, ligada à forma como o significam e organizam (NUNES, 2021).

A participação dessas mulheres exprime, também, o papel social da mulher através do cuidado, não restrito à vida privada, se caracterizando, nessa situação, pela construção da cidadania comunitária. É necessário abordar criticamente essa posição, com a cautela de não reforçar a perspectiva essencialista androcêntrica da mulher como detentora de uma predisposição inata a cuidar do outro, relegando-a à dimensão privada da família e concedendo ao homem a atuação na vida pública (ARAUJO, 2020). Para além disso, o papel de liderança feminina construída em favelas, também infringe na construção de uma ação cotidiana que transforma a visão sobre seu posicionamento na cidade e enquanto sujeito (ARAUJO, 2019).

4 A intitulação da favela como comunidade, embora corriqueira, pode ser interpretada como um eufemismo, com a finalidade de minimizar a realidade existente no território. No entanto, não entrarei nesse debate no presente trabalho, me atendo apenas a correlacionar os laços comunitários existentes com as redes de ação social.

Ao tratar do que a autora denomina feminização do poder em espaços populares, Nunes (2018b, p. 130) aponta a estrutura recíproca dos laços existentes no território, relatando sobre a vivência de mulheres consideradas lideranças comunitárias:

O fato de priorizarem questões coletivas sobre o seu tempo individual aponta para um sentido de reciprocidade, marcado pelo prazer e pela realização de conquistas em troca de um reconhecimento pelo seu valor como pessoa de referência no seu local de moradia, o que lhe confere um lugar de poder e de visibilidade.

Mesmo sendo constatado o papel central das mulheres em movimentos sociais e na favela, ainda há relativamente pouca discussão sobre movimentos de mulheres em favelas. Tendo em vista o surgimento dessas organizações, que, na prática, ampliam a noção de feminismo e se integram às lutas pela emancipação feminina sem se reconhecer como tal, é interessante entender a relação entre mulheres de favelas e movimentos feministas tradicionais. Além de tratar as questões de pertencimento, busca-se entender a motivação para se organizarem como movimento de mulheres no território da favela, assim como em que medida sua agenda tem contornos diferentes dos outros movimentos sociais locais..

4 MOVIMENTOS DE MULHERES EM FAVELAS: O COLETIVO MULHERES EM AÇÃO NO ALEMÃO (MEAA)

Em 1986 foi publicado o Decreto 6.011, que altera a estrutura da Secretaria Municipal de Governo e estabelece a criação de quatro novas Regiões Administrativas na cidade do Rio de Janeiro, dentre elas o Complexo do Alemão. Analisando a produção de conhecimento, as referências sobre a localidade são, em sua maioria, acadêmicas, mas ainda com uma parcela relevante de produções institucionais. Outros agentes que subsidiam a produção de conhecimento local, são as Organizações Não Governamentais (ONGs). A intervenção dessas instituições e do poder público no Alemão, somadas à construção da narrativa sobre a violência e segurança pública na favela, influenciaram na crescente produção de conhecimento sobre a região, ditando o tom da comunicação institucional sobre a área na primeira década dos anos 2000 e favorecendo as intervenções policiais no local. (PINHEIRO et al., 2017)

Ao se tratar do Complexo do Alemão atualmente, é necessário contextualizar as ações e intervenções estatais dos últimos anos. O PAC foi uma intervenção urbanística do Governo Federal, em conjunto com os governos estaduais e municipais. O programa se baseia em um modelo de desenvolvimento econômico e social para regiões empobrecidas do país, através do investimento em infraestrutura (PAC obras) e incentivo do desenvolvimento social (PAC social) e a participação dos moradores locais. Para esse artigo, foi relevante observar o impacto das remoções que ocorreram na implementação do PAC, a fim de estruturar moradias dignas para pessoas que residiam em áreas em situações de risco, que não se concretizaram integralmente. Dessa forma, diversas famílias foram retiradas de suas casas e, até o presente momento, não receberam a moradia digna que lhes foi prometida, restando apenas um aluguel social desatualizado para os valores imobiliários dos últimos anos. Esses acontecimentos engatilharam a mobilização social dos moradores atingidos pelo programa, que são majoritariamente mulheres.

O outro lado da atuação institucional nas favelas é, justamente, a construção da política de segurança pública instaurada atualmente. As intervenções do braço armado do Estado são presentes em favelas há tempos, o próprio bairro foi palco do caso emblemático da operação em Nova Brasília, nos anos de 1994 e 1995, cuja falta de investigação ensejou a condenação do Brasil pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em 2017. No final do ano de 2010, a região enfrenta mais uma situação representativa de intervenção estatal, quando uma operação de ocupação militarizada se alastra no bairro com o auxílio das Forças Armadas. Posteriormente, no ano de 2012, a política de segurança pública tem continuidade com a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Esse histórico leva à compreensão de que o bairro foi utilizado como experimentação dos instrumentos de segurança pública, acarretando na violação de direitos básicos de seus moradores (PINHEIRO et al., 2017). Em contraposição, após as intervenções públicas e a suposta implementação de um ambiente pacífico, a construção do discurso sobre o Complexo do Alemão se estruturou em cima de um potencial econômico e cultural, atraindo turistas, a mídia e serviços privados para o bairro. Contudo, essa perspectiva positiva não se manteve na opinião pública.

Diante de todas as influências, tanto do poder público quanto de organizações privadas e do terceiro setor, além da condição atual do bairro, com acesso precário a

serviços básicos e as vastas violações de direitos, emergiram cada vez mais atores políticos regionais. A partir destes atores, desponta a construção coletiva comunitária local e a consciência da necessidade de construir uma nova narrativa para o bairro, embasada no protagonismo de pessoas e organizações da área. Dessa forma, partimos do princípio de que a produção acadêmica pode subsidiar as lutas sociais, desde que reconheça os saberes locais e que não haja hierarquização do saber (PINHEIRO et al., 2017). A partir dessa perspectiva, me proponho a contribuir para a compreensão e divulgação da luta do movimento de mulheres no Alemão. Sendo assim, após a construção bibliográfica realizada nas sessões anteriores, neste item, apresenta-se uma síntese das entrevistas realizadas com as mulheres que compõem o coletivo Mulheres em Ação no Alemão (MEAA).

No que se refere ao perfil de suas integrantes, foi perceptível que as Mulheres em Ação no Alemão são, quase em sua totalidade, mulheres acima de 30 anos, moradoras de diversas favelas do complexo e chefes de família, sendo bem dividido entre mulheres casadas e solteiras. À vista disso, o coletivo é formado por mulheres e para mulheres, mães de favela ajudando outras mães da favela. Ademais, ficou evidente que a mobilização aflorou a partir de mulheres com envolvimento e experiência prévia com movimentos ou projetos sociais. Em contrapartida, o coletivo também atua como base para a ação social atualmente, sendo um movimento de incentivo cíclico e recíproco na construção de suas territorialidades (NUNES, 2021). Algumas participantes, que hoje compõem a formação, foram beneficiadas com o trabalho do coletivo em algum momento e outras iniciaram as ações sociais no coletivo e, hoje, participam de mais movimentos e trabalhos.

O grupo surge em 2015, a partir do encontro de mulheres do bairro que, sendo a maioria participante de alguma luta ou projeto social, se conheciam através de um outro grupo de mulheres que atuava através de ações de assistência básica, mas com uma organização hierárquica e pouco integrada. Quando perguntadas sobre o surgimento do MEAA, elas afirmam não ter ocorrido de forma proposital ou consciente. Camila Santos, mais conhecida como Camila Moradia, é uma das fundadoras e quem mais representa o coletivo para o exterior. Mesmo a própria afirmando não haver hierarquia dentro do movimento, muitas a chamam de líder e dizem ter seguido seus passos ou ter se espelhado em sua trajetória para atuar em causas sociais. Camila conta:

A primeira formação do mulheres tinha uma senhora que já faz um trabalho há anos aqui com crianças. Tinham um pessoal que pintava. Era tudo solto. Eram todas mulheres aqui do Alemão, mas cada uma numa área específica. E aí a gente... o objetivo era mais pra relaxar, mas a gente nunca conseguia. Porque sempre tinha alguma demanda.

Essas demandas próprias se tornaram pautas coletivas, que elas tinham a percepção que não eram notadas anteriormente, incluindo o descanso e um cuidado para além de doações.

Uma das principais atividades do MEAA é a realização de encontros de autocuidado, mas as ações são diversas. Vão desde a distribuição de cestas básicas e aulas de reforço para crianças, até o acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica. Inclusive, tudo ocorre de maneira integrada, através de um cadastro que comporta mais de 200 famílias. Um exemplo dessa integração é o compromisso que as mulheres beneficiárias têm de comparecer a esses encontros de autocuidado. Dessa forma, muitas que chegam almejando auxílios para seus filhos acabam imergindo na rede de acolhimento fornecida. Segundo as participantes, muitas mulheres chegam “enterradas emocionalmente”, situação que elas relacionam a toda a violência presente no contexto, mas acabam se soltando ao longo da participação nos eventos.

Os objetivos e as motivações atuais do MEAA atravessam a construção de uma rede de apoio à mulher desde o início. Todas citam a importância do trabalho com as crianças, o que evidencia o impacto de cuidar das crianças locais na ajuda das mulheres moradoras das favelas. Através da ação integrada, o grupo busca uma rede de empatia e empoderamento feminino da perspectiva da mãe de favela. Outro assunto comentado por todas, é a demanda crescente com relação ao acolhimento de mulheres que sofrem violência doméstica. Fica, portanto, compreendido, que para amparar uma vítima, ou impedir que uma mãe se torne vítima, é preciso garantir que os filhos tenham o que comer, que vão para a escola, que tenham o que vestir, etc. Depois disso é viável pensar em como amparar a mulher-mãe que precisa de ajuda, mas que não vai se deixar ser ajudada com os filhos necessitando de cuidados básicos.

Desse modo, por mais que a organização do coletivo de mulheres não tenha ocorrido com uma intencionalidade crítica, quando perguntadas do porquê se organizar entre mulheres, as integrantes do coletivo têm diversas respostas. Primeiro, foi constatado

que as demandas locais tinham o costume de ser resolvidas entre mulheres, mesmo antes da existência do grupo. Também existe uma compreensão de que a mulher resolve os problemas familiares e comunitários, pois são elas quem estão cientes das necessidades existentes. Outra questão levantada, foi a possibilidade de acesso e acolhimento diferenciado a vítimas de violência, pois acessariam locais físicos e emocionais que um homem não chegaria. Todas demonstram ter consciência da existência de desigualdade entre homens e mulheres, e, algumas, chegam a afirmar que as mulheres são mais fortes, tendo em vista a necessidade de passar por discriminações dentro e fora de casa.

Mesmo que o MEAA seja um coletivo de mulheres, voltado para a ajuda de mulheres, ele não se estrutura a partir do feminismo. As mulheres que o compõe são diversas, sendo a minoria identificada como feminista, portanto, tocar na palavra feminismo ainda é motivo de surpresa, confusão e receio para elas. Mesmo que o grupo seja heterogêneo, ainda está presente a visão de que o feminismo só ajudaria mulheres ou até mesmo mulheres feministas, então elas acreditam que não podem se declarar como tal por incluir todas elas e todos os trabalhos com crianças e homens.⁵ Contraditoriamente, ser feminista é encarado como algo “radical” quando perguntadas se são declaradas como tal, mas quando são perguntadas o que seria feminismo falam de igualdade e acesso a espaços. Tal fato leva ao entendimento de que a percepção do feminismo como algo que está conectado com a igualdade está presente, mas qualquer expressão materializada dos movimentos feministas não, suscitando a incorporação de uma visão distante e midiática. Esse distanciamento contribui, também, para a impressão de que o feminismo, para elas, é um movimento uno com pautas e visões únicas e, principalmente, externo.

É importante ressaltar que o MEAA é um movimento popular, um grupo nascido e desenvolvido nas ruas do Complexo do Alemão. Sua luta tem inspirações individuais e coletivas, como a organização Mães de Manguinhos⁶, assim como a própria trajetória de uma das fundadoras, Camila Moradia, que afirma que sua atuação social

5 O MEAA iniciou um trabalho com 20 detentos que foram liberados da prisão em 2020, em decorrência da pandemia de covid-19. A ação foi despertada pelos pedidos de suporte das esposas desses homens, que eram beneficiadas pelo coletivo, e foi compreendido que auxiliar esses homens era ajudar a comunidade, as famílias e essas mulheres.

⁶ Um movimento formado por Mães da Favela de Manguinhos, no Rio de Janeiro, que tem filhos encarcerados ou que perderam seus filhos em ações policiais.

se iniciou desde seu nascimento, através do exemplo de sua mãe. Portanto, o MEAA carrega a ancestralidade e o legado de luta popular que fomenta o surgimento de movimentos de rua autônomos e populares. E, atuando como rede comunitária, atualmente é inspiração para mulheres de outras favelas, que buscam se organizar de maneira semelhante e pedem ajuda para isso, reforçando a potência da ação popular das mulheres.

Tendo em vista os objetivos deste artigo, duas principais reflexões surgiram a partir das entrevistas. Primeiro, sobre a motivação das integrantes do movimento para se organizarem enquanto mulheres e, segundo, sobre o papel da mulher no contexto social da favela.

A partir das falas das integrantes do MEAA, poderíamos dizer que a organização de um coletivo de mulheres se ampara em razões práticas de sua realidade social. Tal situação é evidenciada pela ausência de uma elaboração justificada da estrutura feminina do coletivo e pela dificuldade de transpassar seus motivos quando perguntadas sobre o assunto. Entretanto, ao longo das entrevistas, diversas motivações práticas foram levantadas, tanto sobre escolha de formar um coletivo focado em ajudar mulheres, quanto para o fato dele ser composto só por mulheres. Dentre as questões trazidas estavam i) a necessidade de ajudar mulheres por conta das dificuldades enfrentadas exclusivamente por elas, a falta de acolhimento existente para as moradoras da área e a percepção de que prestar suporte para as mulheres do bairro melhoraria a comunidade como um todo; ii) a compreensão da mulher como agente ativo na comunidade e agenciadora de tarefas, a percepção do predomínio de mulheres comandando famílias no bairro, a rede de proximidade já existente entre as mulheres locais, o acolhimento diferenciado de mulheres para mulheres e o prévio conhecimento e acesso a todas as questões envolvendo a comunidade.

Além disso, cabe destacar um aspecto de grande importância, que se refere ao papel de mediadoras das mulheres na favela. Estando presentes ativamente nas resoluções de conflitos diversos e sendo capazes de dialogar tanto com as partes pertencentes ao território, quanto com agentes externos que operam no terreno, sejam eles ONGs, o poder paralelo ou as agências do Estado. Assim, podendo operar de maneira integrada aos moradores locais, pessoas que se disponibilizam a auxiliar e às instituições externas que podem oferecer amparo de qualquer forma.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O compromisso com a transformação social é a força motriz do movimento de mulheres no Complexo do Alemão. Por mais que elas compreendam algumas facetas da desigualdade social de gênero, o que as move são as relações comunitárias e a expectativa de contribuir para a sua comunidade. É a partir desse sentimento que é possibilitado o real acolhimento das moradoras do bairro, que se identificam com as integrantes do grupo e são amparadas de acordo com as suas necessidades materiais e emocionais. A mulher da favela precisa pensar o que vai dar de comer aos seus filhos antes de pensar em sair de uma situação de abuso, precisa ter acesso a sua documentação atualizada e também a um espaço de cuidado, lazer e acolhimento entre mulheres.

Partindo do construto teórico desenvolvido por Nunes (2018a, 2021), que concebe a *mulher de favela* como um sujeito político coletivo por natureza, que possibilita a mudança de todo seu território através do próprio ativismo político, podemos enquadrar algumas integrantes do coletivo como tal. Para além disso, no caso do MEAA, esse sujeito transborda sua atuação social para as mulheres a sua volta, compondo um ciclo virtuoso de amparo e empatia na rede de mulheres locais e incentivando a construção política e social de outras mulheres.

A partir disso, o protagonismo feminino nos movimentos da área não só se fundamenta como se intensifica. O movimento popular do MEAA, hoje, se assemelha aos Clubes de mães, fundados no bairro como espaço de sociabilidade a partir de organizações locais de mulheres periféricas e da identificação de pautas coletivas (CORREIA, 2017). Mas a confecção da sua prática política é construída desde o início da história brasileira, contagiando gerações de mulheres em luta, e é resultante de todos os conflitos que operam na sociedade. Além disso, o coletivo nos propicia entender o olhar da favela a partir da perspectiva da mulher, da mãe, da esposa, da mediadora de conflitos e da guardiã da comunidade.

Essas mulheres não se reconhecem no feminismo no sentido estrito do termo, mesmo que já tenham uma percepção mais abrangente do que acreditam que ele deveria ser. Por esse afastamento, os movimentos feministas se assemelham a uma instituição ou um rótulo únicos a serem acatados ou recusados, e não a uma

construção coletiva da qual sentem parte constituinte e construtora. O que leva ao questionamento de como os feminismos chegam para essas mulheres, se sequer chegam como movimentos ou o termo somente fica conhecido por sua popularização, que pode ser desenvolvido em outra pesquisa.

O não pertencimento se expressa de diversas outras maneiras para as mulheres moradoras de favela: a marginalização estatal e as estruturas de dominação colonial, androcêntricas, capitalistas e raciais estão extremamente presentes em seu cotidiano. A cidade opera a contribuir para o isolamento dessas mulheres, tendo ainda uma hierarquia espacial dentro da própria favela, de locais que dariam mais visibilidade e recebem mais contribuições assistencialistas do Estado e de ONGs.

É nessa exclusão, na periferia da periferia, que muitas mulheres constroem uma participação social chave para o desenvolvimento comunitário, para a construção de territorialidades, de saberes e fazeres hereditários. A partir disso, é necessário que nós, gestores públicos, partes integrantes de universidades e pessoas comprometidas com movimentos sociais, acrescentemos os saberes e o ecoar dessas vozes na construção da cidade, da política, da academia, dos movimentos e de qualquer construção coletiva na nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, B. S. de; PEREIRA, M. R. O antifeminismo como backlash nos discursos do governo Bolsonaro. **Agenda Política**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 8–35, 2019. DOI: 10.31990/10.31990/agenda.ano.volume.numero. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/271>. Acesso em: 18 abr. 2021.
- ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 43, p. 13-56, Dec. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 abr. 2021.
- ARAUJO, Márcia Bastos de. A Resistência é Feminina: **O protagonismo das mulheres no controle social da Política Urbana destinada às favelas cariocas à partir da experiência do Conselho Popular**. 2019. 153 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2019.
- ARAUJO, Márcia Bastos de. Na linha de frente da Covid-19 nas favelas cariocas. **Revista Inter-Legere**, v. 3, n. 28, p. 1-27, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/21578>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- BRANDÃO, Carlos. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 107, p. 57-76, 2004.
- CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estud. av., São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, Dec. 2003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 mar. 2021.
- COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. 2nd ed. New York: Routledge, 2002.
- CORREA, R. Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática. Série Princípios, 174. Capítulo 3. P. 7-31, 1989.
- CORREIA, Ana Paula de Santana. Mulheres da periferia em movimento: um estudo sobre outras trajetórias do feminismo. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11& 13thWomen's Worlds Congress. 2017, Florianópolis. **(Anais Eletrônicos)**. Florianópolis: 2017. p. 1-10.
- COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, v. 5, n. 2, p. 9-35, 2005. Disponível em: https://mp.ba.gov.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras-digitalizadas/teorias_explicativas_da_violencia_contra_a_mulher. Acesso em: 11 abr. 2021

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero. 2004, Brasília. **Anais**. Brasília: Unifem, 2004. p. 7-16.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 Mar. 2021.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. In: MELO, Paula Balduino de *et al.* [org.]. **Descolonizar o feminismo: VII Sernegra**. Brasília: Editora IFB, 2019. p. 32-51.

Curiel, Ochy. Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde America Latina y el Caribe. In: Primer Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista, 2009, Buenos Aires. **Anais [...]** Buenos Aires: Universidad Nacional de Colombia, 2009.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candi. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. 244 p.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estud. av.**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, Dec. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em 17 abr. 2021.

FERNANDES, Camila. A força da ausência. A falta dos homens e do “Estado” na vida de mulheres moradoras de favela. **Sex., Salud Soc.** (Rio J.), Rio de Janeiro, n. 36, p. 206-230, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872020000300206&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20 Apr. 2021

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. Tradução de Anselmo da Costa Filho e Sávio Cavalcante. Mediações: **Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2009 [versão original: "Feminism, Capitalism and the Cunning of History". *New Left Review*, n. 56, p. 97-117, 2009] Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1394/fraser.pdf?sequence=1>. Acesso em: 31 mar. 2021.

FUNCK, Susana Bornéo. Desafios atuais dos feminismos. In: OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; STEVENS, Cristina; ZANELLO, Valeska (Org.). **Estudos Feministas e de Gênero: Articulações e Perspectivas**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014. p.22-35.

GOMES, Camilla de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. *Civitas*, **Rev. Ciênc. Soc.**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 65-82, Abr. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-60892018000100065&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 Mar. 2021. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2018.1.28209>.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In: Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais*, 4., 1980. Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: Anpocs, 1984. p. 223-244.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, Jun 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 abr. 2021.

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução de: Ana Luiza Libânio. 4. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019. 175 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 2021.

ITIKAWA, Luciana Fukimoto. Mulheres na periferia do urbanismo: informalidade subordinada, autonomia desarticulada e resistência em Mumbai, São Paulo e Durban. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 18, n. 1, p. 57-76, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5139/513954264005.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2021.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos CEBRAP**, n. 86, p. 93-103, 2010. Disponível: <https://www.scielo.br/j/nec/a/hVnNxSrszcVLQGfHFf85kk/?lang=pt>. Acesso em: 04 abr. 2021.

MACEDO, Márcia dos Santos. Relações de gênero no contexto urbano: um olhar sobre as mulheres. GT Gênero. **Perspectivas de Gênero**: Debates e questões para as ONGs. Recife: SOS Corpo Gênero e Cidadania, 2002. p. 56-79.

NUNES, Nilza Rogéria de Andrade. Feminização do poder em espaços populares: trabalho e resistência social. **Lex Cult Revista do CCJF**, v. 2, n. 2, p. 126-147, 2018b. Disponível em: <https://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/LexCult/article/download/45/63>. Acesso em: 26 abr. 2021

NUNES, Nilza Rogéria de Andrade. Mulher de favela: interseccionalidades e territorialidades. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 19, n. 47, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/56073>. Acesso em: 27 abr. 2021.

NUNES, Nilza Rogéria de Andrade. **Mulher de favela**: o poder feminino em territórios populares. Rio de Janeiro: Gramma, 2018a.

PÉREZ SANZ, Paula. Reformulando la noción de "Derecho a la Ciudad" desde una perspectiva feminista. Encrucijadas: **Revista Crítica de Ciencias Sociales**, n. 5, p.

82-105, 2013. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4492706>. Acesso em: 21 abr. 2021

PINHEIRO, Alan Brum *et al* (org). **Complexo do Alemão: uma bibliografia comentada**. Rio de Janeiro: UFRJ. PROURB: Instituto Raízes em Movimento, 2017.

RIO DE JANEIRO. Decreto n. 6.011, 04-08-1986. Altera a estrutura da Secretaria Municipal de Governo e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ, 2018

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SILVA, Jailson de Souza *et al.* (ed.). **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009. 97 p.

SILVA, Natália Alves da *et al.* Feminismo e o espaço urbano: apontamentos para o debate. In: XVII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 17., 2017, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Anpur, 2019. v. 17, p. 1-17.

SOARES, Vera. Movimento Feminista: paradigmas e desafios. **Revista Estudos feministas**, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, v. 2, número especial. p. 11-24, 1994. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24327157?seq=1>. Acesso em: 04 abr. 2021.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. O gênero da representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 17: p. 07-14, out. 1991. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1399/souza_lobo.pdf?sequence=1. Acesso em: 05 abr. 2021.